

CAPÍTULO 25

DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIA: POLÍTICAS DE INCLUSÃO E EQUIDADE NO ACESSO E PERMANÊNCIA ACADÊMICA

Francisca Neide Camelo Martins

Mestra em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Portugal (2022) Pró-Reitora de Diálogo e Supervisão Institucional do Centro Universitário UNINTA

Centro Universitário Inta - Uninta, Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/3161066429850481>

Anaisa Alves de Moura

Mestra em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – ULHT – Lisboa-PT. Gestora de Pesquisa e Docente do Centro Universitário UNINTA EAD. Centro Universitário Inta - Uninta, Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/5733205457701234>

Lara Martins Spíndola Rodrigues Meneses

Graduada em Medicina pelo Centro Universitário Inta - UNINTA. Vice-Reitora do Centro Universitário Inta UNINTA e docente do curso de Medicina do Centro Universitário Inta – UNINTA Centro Universitário Inta - Uninta, Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/8785326446929775>

Yuri Alexandre Meneses

Graduado em Medicina. Especialização em Diagnóstico por Imagem em Ultrassonografia pelo Centro Universitário Fametro, Brasil (2022).

Centro Universitário Inta - Uninta, Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/7437412979362628>

Adriana Pinto Martins

Mestra em Gestão e saúde Coletiva pela UNICAMP. Atualmente Coordenadora da CPA (Comissão própria de Avaliação) do Centro Universitário Inta - UNINTA. Centro Universitário Inta - Uninta, Sobral – CE, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/4630466189818295>

RESUMO: A Assistência Estudantil tem o objetivo de fornecer os recursos essenciais aos estudantes universitários, ajudando-os a superar desafios que possam prejudicar seu desempenho acadêmico. Entretanto, muitos alunos desconhecem ou têm informações insuficientes sobre os direitos e serviços que são garantidos por lei. Nesse contexto, surge a seguinte questão: qual o nível de conhecimento dos estudantes universitários sobre os benefícios de Assistência Estudantil oferecido pelas

instituições de ensino superior (IES) em que estão matriculados? A partir dessa problemática, o tema proposto busca investigar a realidade dos discentes e as dificuldades que enfrentam, destacando o desconhecimento generalizado sobre seus direitos e os serviços disponibilizados pelas IES no âmbito da Assistência Estudantil. O objetivo principal da pesquisa é avaliar a percepção dos alunos de duas IES em relação à importância da Assistência Estudantil, levando em consideração fatores como classe econômica e os desafios encontrados ao longo do curso. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, com uma abordagem quanti-qualitativa e que utilizará procedimentos de campo para coleta de dados. Para resolver essa questão, sugere-se que as próprias instituições realizem uma melhor divulgação das informações, criando bancos de dados específicos para esse programa, uma vez que os dados disponíveis muitas vezes são dispersos. Além disso, é fundamental ampliar o conhecimento sobre a eficácia do PNAES, a fim de avaliar o impacto do programa no desempenho acadêmico e na permanência dos estudantes contemplados, visando garantir sua conclusão e diplomação.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência Estudantil. Desempenho Acadêmico. PNAES.

CHALLENGES AND POTENTIAL OF UNIVERSITY STUDENT ASSISTANCE: POLICIES OF INCLUSION AND EQUITY IN ACADEMIC ACCESS AND PERMANENCE

ABSTRACT: Student Assistance aims to provide essential resources to university students, helping them overcome challenges that may harm their academic performance. However, many students are unaware of or have insufficient information about the rights and services that are guaranteed by law. In this context, the following question arises: what is the level of knowledge of university students about the benefits of Student Assistance offered by the higher education institutions (HEIs) in which they are enrolled? Based on this issue, the proposed theme seeks to investigate the reality of students and the difficulties they face, highlighting the widespread lack of knowledge about their rights and the services provided by HEIs within the scope of Student Assistance. The main objective of the research is to evaluate the perception of students from two HEIs regarding the importance of Student Assistance, taking into account factors such as economic class and the challenges encountered throughout the course. Methodologically, this is an exploratory and descriptive research, with a quantitative-qualitative approach and that will use field procedures for data collection. To resolve this issue, it is suggested that the institutions themselves disseminate information better, creating specific databases for this program, since the available data is often scattered. In addition, it is essential to increase knowledge about the effectiveness of the PNAES, in order to assess the impact of the program on the academic performance and retention of the students involved, aiming to ensure their completion and graduation.

KEYWORDS: Student Assistance. Academic Performance. PNAES.

1. INTRODUÇÃO

Em sua essência, o ensino universitário, independentemente do país ou continente, baseia-se na premissa da sistematização e socialização do conhecimento e o saber,

formando profissionais e cidadãos capazes de contribuir para o projeto de uma sociedade justa e igualitária (PNAE, 2016). Historicamente, pode-se afirmar que a universidade surge como a expressão da própria comunidade, encerrando, inclusive, suas contradições e virtudes que envolvem, sobretudo, o tipo de relação existente entre a Instituição de Ensino Superior (IES) e seu principal ator, o estudante universitário, independentemente do país ou do momento histórico, alguns com uma tradição mais consolidada, outros ainda insipientes na construção dessa cultura educacional.

Quando se trata de América, Janotti (1992) afirma que a primeira universidade surgiu na atual República Dominicana - América Central, em 1538 pelos espanhóis. Logo em seguida, vieram as de San Marcos, no Peru em 1551, no México em 1553, Bogotá em 1662, Cuzco em 1692, Havana em 1728 e entre outras. Porquanto, as primeiras universidades norte-americanas, Havard, Yale e Filadélfia, surgiram respectivamente em 1636, 1701 e 1.755.

Já em nível de Brasil, a instituição da universidade até o início do século XIX, foi a universidade de Coimbra (TEIXEIRA, 1988, p.65), com uma educação sempre com bases religiosas, sem dúvida influenciadas pela experiência portuguesa. Como registro oficial, tem-se como registro o surgimento da primeira universidade brasileira somente em 1920, a atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que recebeu o nome de Universidade do Rio de Janeiro.

Esclarece Dias Sobrinho (2010) que o surgimento da Educação Superior no país deu-se, realmente, de forma tardia, em relação ao restante dos outros países das Américas espanholas e Inglesas, que tiveram acesso ao ensino superior já no período colonial. O autor comprehende que este direito social, a uma educação de qualidade, é um aspecto essencial e prioritário para a construção da sociedade, a consolidação da identidade nacional e a inclusão socioeconômica.

Sob o ponto de vista histórico das políticas de assistência estudantil no país, Costa (2012) infere que podem ser observadas sob duas fases: A primeira delas comprehende um longo período, que vai desde a criação da primeira universidade até o que corresponde ao período de democratização política. A partir desse momento, se identifica uma segunda fase onde há um espaço propício para uma série de debates e projetos de leis que resultaram em uma nova configuração das políticas de assistência estudantil para estudantes da graduação, nas universidades brasileiras.

Segundo dados do FONAPRACE (2004), a política de Assistência Estudantil foi marcada pela deterioração de seus programas básicos: os programas de alimentação (restaurantes universitários) e de moradia (casa de estudantes), provocando o sucateamento das universidades. Apesar da LDBEN e a Constituição de 1988 considerarem a permanência dos estudantes nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) como direito, estas prerrogativas jurídicas não destinavam verbas específicas para atendimento aos estudantes pobres.

A pressão do FONAPRACE em parceria com os estudantes levou o governo a implementar o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que prevê recursos específicos para assistir aos estudantes em situação vulnerável. A política de atendimento ao estudante ocupa um espaço privilegiado pelos gestores de políticas públicas. Fato confirmado pela inserção desta política em uma das dez dimensões do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES).

Foi necessário mais de uma década, para só então, em dezembro de 2007, o governo federal instituir o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), pela Portaria Normativa 39, do Ministério da Educação (MEC), visando institucionalizar a assistência estudantil por meio de dotação orçamentária específica no âmbito do orçamento das universidades, categorizando a assistência estudantil como política pública (BRASIL, 2007). Neste sentido, as universidades públicas obrigatoriamente devem contemplar sua política de atendimento ao estudante nos seus relatórios de auto avaliação organizado pelas suas respectivas Comissão Própria de Avaliação (CPA).

As ações de assistência estudantil do PNAES são desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - Assistência Estudantil; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

O PNAES apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das IFES. O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. (BRASIL, 2017). Contudo, é justamente nesta área do Apoio Pedagógico em que se percebem, empiricamente, como os estudantes podem passar por dificuldades em questões pedagógicas, sociais e até mesmo intelectuais.

A finalidade do PNAES, ao propor a área específica para o Apoio Pedagógico, é viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuindo para melhorar o desempenho acadêmico e evitar a evasão escolar, garantindo assim a permanência do estudante de graduação até o término do curso.

Diante do exposto acima tem-se o seguinte questionamento: Como o estudante universitário conhece o programa de Assistência Estudantil?

Em face da importância desse estudo no âmbito social e educacional, esta pesquisa procura responder as seguintes **questões de investigação**:

- a. O que representa o programa de assistência estudantil para o universitário?
- b. Qual o nível de conhecimento sobre o significado e objetivos do PNAES?
- c. Quais as principais adversidades que interferem em seu desempenho acadêmico?

2. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Esta pesquisa é um recorte da Dissertação de Mestrado da autora Francisca Neide Camelo Martins Rodrigues. De natureza básica e **exploratória**, realizado junto as duas IES – uma pública e uma de natureza privada localizadas na cidade de Sobral – CE, no Brasil. Foi utilizado o método quantitativo de análise, com o objetivo de analisar a percepção do estudante universitário das IES supracitadas sobre o significado da assistência estudantil, tomando-se como objeto empírico de verificação a realização de entrevistas aos acadêmicos.

Uma pesquisa básica é justamente aquela que tem como objetivo principal “o avanço do conhecimento científico, sem nenhuma preocupação com a aplicabilidade imediata dos resultados a serem colhidos”. Isso significa gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista (APPOLINÁRIO 2011, p. 146).

Na perspectiva dos objetivos, comprehende-se pesquisa descritiva como a que “(...) observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis), sem manipulá-los; estuda fatos e fenômenos do mundo físico e, especialmente, do mundo humano sem a interferência do pesquisador” (RAMPAZZO, 2005, p. 53).

Para atender aos procedimentos de trabalho com o estudo proposto, a pesquisa trabalhou a recolha de dados, envolvendo a aplicação de um questionário direcionado aos alunos de duas turmas do curso de História e Enfermagem da Universidade Pública e aos alunos de duas turmas dos cursos de Direito e Fisioterapia, considerando aspectos relacionados a Assistência Estudantil.

O questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante, sem a presença do pesquisador. Objetiva levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas. A linguagem utilizada no questionário deve ser simples e direta, para que quem vá responder comprehenda com clareza o que está sendo perguntado (FREITAS, 2008).

Sob o ponto de vista da comunicação institucional, para cada participante entrevistado foi solicitada a assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), declarando livre sua participação na pesquisa, após ter recebido os devidos esclarecimentos sobre objetivos e métodos de estudo.

Quanto aos instrumentos de análise de dados, de acordo com Minayo & Minayo-Gómez (2003, p.118) não há nenhum método melhor do que o outro, o método, “caminho do pensamento”, ou seja, o bom método será sempre aquele capaz de conduzir o investigador a alcançar as respostas para suas perguntas, ou dizendo de outra forma, a desenvolver seu objeto, explicá-lo ou comprehendê-lo, dependendo de sua proposta (adequação do método ao problema de pesquisa).

Assim, pode-se compreender que uma avaliação baseada em dados estatísticos, sendo esta uma das formas explicativas da realidade, constitui-se numa linguagem, da

mesma forma que as categorias empíricas na abordagem qualitativa o são, sendo cada abordagem um espaço específico e adequado, desde que haja pertinência, relevância e uso adequado de todos os instrumentos.

Dessa forma, o presente estudo ancora-se nestas duas possibilidades. Na perspectiva qualitativa e quantitativa, a abordagem teórica e prática dos elementos lançará mão da análise de conteúdo.

A análise do conteúdo constitui-se numa técnica de pesquisa e possui características metodológicas específicas como: objetividade, sistematização e inferência. Para Bardin (1979, p. 42), este procedimento encerra um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visam extrair, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que concedam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção desse conteúdo. Na perspectiva operacional, a análise de conteúdo tem seu ponto de partida a partir da leitura das falas, adquiridas por meio das transcrições de entrevistas, depoimentos e documentos.

Em via de regra, todos os procedimentos levam a relacionar estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados e articular a superfície dos enunciados dos textos com os fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural e processos de produção de mensagem. Esse conjunto analítico visa a dar consistência interna às operações (MINAYO, 2007).

Quanto aos sujeitos da pesquisa fizeram parte duas instituições de Ensino Superior uma da rede pública e outra de natureza privada do municipal de Sobral-CE, localizadas na zona urbana do município e a população de alunos que estão regularmente matriculados entre o quarto e sétimo período.

No total de 200 alunos distribuídos nas quatro turmas. Uma turma do curso de Direito e uma do curso de Fisioterapia da rede privada. Uma turma de História e uma de Enfermagem da rede pública. A escolha destas turmas para participar da pesquisa foi feita para se ter uma visão mais ampla dos dados coletados de cada uma para melhor entender como o estudante ver a questão da Assistência Estudantil nas duas IES anteriormente mencionadas.

Toda a pesquisa foi realizada na cidade de Sobral, situada na região Norte do Ceará, a 232 quilômetros de Fortaleza, a cidade de Sobral se apresenta como o mais significativo referencial de crescimento e desenvolvimento econômico do interior do Estado, constituindo-se num centro de convergência, por sua ampla e moderna estrutura nos setores da saúde, educação, comércio, indústria, serviços, lazer, cultura e arte.

Sobral é ligada a Fortaleza pela BR-222, que interliga nosso estado aos estados do Piauí, Maranhão e Pará. Segundo dados do IBGE, a cidade possui uma população de 203.682 habitantes estimada para 2018, é o quinto município mais povoado do estado e o segundo maior do interior (IBGE, 2018).

3. REFERENCIAL TEÓRICO

PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES) E OS DISPOSITIVOS LEGAIS

Ações na área de assistência estudantil não são recentes, porém, percebe-se uma escassez de pesquisas sobre essa temática. (Vargas, 2008; Menezes, 2003; Garrido; Mercuri, 2013) A literatura senta, em sua maioria, estudos de casos e não pesquisas nacionais ou regionais, o que torna a leitura sobre a realidade da assistência estudantil fragmentada.

Há estudos como o do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Ramalho, 2013); Universidade Federal do Vale do São Francisco (Angelim, 2010); da Universidade de Brasília, tratando da situação de saúde mental de estudantes residentes na moradia estudantil (Osse; Costa, 2012); da Universidade Federal de Minas Gerais, relacionando questões socioeconômicas e culturais dos estudantes com auto avaliação organizado pelas suas respectivas Comissão Própria de Avaliação (CPA).

A fundamentação legal do PNAES surge no Decreto nº 7.234/2010, tendo como finalidade ampliar as condições de permanência na educação superior pública federal. Com o objetivo de democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, o programa busca minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior, reduzindo as taxas de retenção e evasão, contribuindo para a promoção da inclusão social pela educação, (PINHEIRO 2014).

As ações de assistência estudantil do PNAES são desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superlotação (BRASIL, 2017).

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) apóia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (Ifes). O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017)

A finalidade do PNAES é viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuindo para melhorar o desempenho acadêmico e evitar a evasão escolar, garantindo assim a permanência do aluno de graduação até o término do curso.

A partir do PNAES, a assistência estudantil se efetiva em articulação com atividades de ensino, pesquisa e extensão, com foco principal na permanência desses estudantes nos seus cursos de graduação. Além disso,

Art. 2º [...]

Parágrafo único. Compreendem-se como ações de assistência estudantil iniciativas desenvolvidas nas seguintes áreas:

- I - Moradia estudantil;
- II - Alimentação;
- III - Transporte;
- III - Assistência à saúde;
- V- Inclusão digital;
- VI - Cultura;
- VI - Esporte; creche; e apoio pedagógico.

Em relação à moradia estudantil, por exemplo, em algumas instituições existem residências universitárias, onde é disponibilizada toda a infraestrutura, tal como quartos mobiliados e com eletrodomésticos, enquanto em outras é fornecida uma bolsa destinada ao pagamento dos gastos com moradia com valores variados. O mesmo ocorre com alimentação. Em algumas Ifes são priorizados os restaurantes universitários, com subvenções aos estudantes e, em outras, é fornecido o recurso monetário para utilização em lanchonetes ou restaurantes. Há ainda casos em que são fornecidos tanto serviços como benefícios monetários. Outro aspecto interessante é a possibilidade de acumulação dos programas de assistência estudantil, o que permite que o estudante participe, por exemplo, de ações de moradia, alimentação e transporte simultaneamente.

O público-alvo da assistência estudantil é descrito no artigo 4º da Portaria Normativa:

Art. 4º As ações do PNAES atenderão a estudantes matriculados em cursos presenciais de graduação, prioritariamente, selecionados por critérios sócio econômicos, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições de educação superior em ato próprio.

Apesar de o PNAES ser um programa no âmbito federal, sua execução é descentralizada. Cada universidade tem autonomia de gestão para utilizar os recursos disponibilizados, conforme as suas necessidades e especificidades locais, o que permite maior eficiência. Isso está de acordo com a Constituição Federal de 1988 que, no seu art. 207, estabelece que “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Infere-se que o programa será desenvolvido no âmbito das próprias IFES, não havendo restrições legais sobre a terceirização das ações de assistência estudantil ou parcerias com outras instituições ou organizações não governamentais.

PROGRAMAS DE INCLUSÃO E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Segundo o Plano Nacional da Educação, Lei nº 10.172/01, o setor público deveria responder por no mínimo 40% das matrículas no ensino superior. Os dados do INEP de 2011 mostram que ainda estamos distantes de tal índice. Somente com a combinação de políticas públicas de expansão, democratização, permanência e qualidade do ensino é que poderá se falar em igualdade de oportunidades e acesso universal ao ensino superior.

Programa Universidade para Todos – PROUNI

Com a finalidade de concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior o Programa Universidade para Todos - PROUNI foi criado em 2004 pelo Governo Federal. Institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, oferece, em contrapartida àquelas instituições de ensino que aderem ao programa, isenção de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social e Contribuição para o Programa de Integração Social.

O PROUNI tem como público alvo os estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no Enem - Exame Nacional do Ensino Médio, aliando inclusão à qualidade e mérito dos estudantes por considerar o desempenho acadêmico. (<http://prouniportal.mec.gov.br>)

Sistema UAB – Universidade Aberta do Brasil

Outro instrumento utilizado para promover a universalização do acesso ao ensino superior foi a Educação a Distância - EAD, oficializada pelo artigo 80 da Lei 9394/96 - LDB e cuja oferta foi regulamentada pelo Decreto nº 5622, de 19 de dezembro de 2005. Com a globalização e avanço das tecnologias de comunicação essa modalidade de ensino passou a receber maiores investimentos por parte do governo federal. Em 08 de junho de 2006 através do Decreto 5.800 foi criada o Sistema UAB - Universidade Aberta do Brasil com a finalidade de ampliação do acesso e interiorização do ensino superior. Segundo o Art. 1º do citado Decreto, são objetivos da UAB:

- I. - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;
- II. - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- III. - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento; IV - ampliar o acesso à educação superior pública;

- IV. - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;
- V. - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e
- VI. - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiada em tecnologias de informação e comunicação.

O Sistema UAB fomenta a educação a distância nas universidades públicas, apoia pesquisas em metodologia de ensino com base em tecnologias da informação e comunicação e tem como principal público alvo os professores de educação básica ainda sem formação superior.

Sistema de Seleção Unificada – SISU

Em 2009, foi desenvolvida pelo Ministério da Educação uma plataforma *online* intitulada Sistema de Seleção Unificada - SISU com o objetivo de oferecer ao estudante que prestou o Exame Nacional de Ensino Médio - ENEM uma forma de acesso à uma instituição estadual de ensino superior - IES sem participar dos processos seletivos específicos de cada instituição - vestibular. Efetivamente, o sistema entrou em operação em 2010, instituído pela Portaria Normativa MEC nº 2, de 26 de janeiro de 2010.

Políticas Afirmativas – Ações Inclusivas (Cotas)

As políticas afirmativas pelo sistema de cotas tem sido alvo de constantes debates nas mais variadas esferas, política e social. Segundo Bergmann (1996 *apud* PEREIRA e ZIENTARSKI, 2011) realizar uma ação afirmativa implica planejar e atuar no sentido de promover pessoas pertencentes a certos grupos que têm sido subordinados ou excluídos dos direitos sociais.

A origem das cotas deu-se na Índia em 1940, quando foram estabelecidos na Constituição do país reserva de vagas para castas menos favorecidas, no ensino superior, no Parlamento e no funcionalismo público. No continente americano, o sistema de cotas teve origem nos Estados Unidos, na década de 60 baseado na questão racial, nas desigualdades sociais entre negros e brancos.

As políticas afirmativas se disseminaram pelas Américas sempre objetivando promover segmentos sociais historicamente discriminados, buscando a igualdade de oportunidades e tratamento. No Brasil, as ações afirmativas têm enfatizado mais as questões de raça e gênero e não as condições socioeconômicas. Contudo, a pobreza, problema que não é exclusivo do Brasil, tem redirecionado as políticas sociais, inclusive as educacionais. (PEREIRA e ZIENTARSKI, 2011)

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De posse dos dados coletados foram feitas as análises dos dados a luz do referencial teórico que foi estudado, entre outros. A seguir apresentou-se discussão dos dados com as concepções devidamente referendadas em autores que tratam das questões aqui abordadas: “**Desafios e potencialidades da Assistência Estudantil Universitária: políticas de inclusão e equidade no acesso e permanência acadêmica.**”

Observou-se que o PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil, criado pelo governo federal brasileiro na gestão do Ministro da Educação Fernando Haddad, instituído no intuito de apoiar a permanência de estudantes de baixa renda e oferecer assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde e etc, deveria amparar esses alunos, mas não é o que acontece de fato.

Para que o estudante possa desenvolver-se em sua plenitude acadêmica, é necessário associar a qualidade do ensino ministrado com uma política efetiva de investimento em assistência, a fim de atender às necessidades básicas de moradia, de alimentação, de saúde, de esporte, de cultura, de lazer, de inclusão digital, de transporte, de apoio acadêmico e de outras condições (BRASIL, 2007).

Corroborando com Brasil (2007), é indiscutível que para que o estudante acadêmico possa gozar de sua plenitude é necessário que haja uma política de assistência efetiva e consistente da qual tenha preocupação com a “[...] construção de políticas voltadas para a plena cidadania do homem universitário, no lugar do assistencialismo alienante e empobrecedor...” (FONAPRACE, 1993, p. 301).

Os resultados da pesquisa demonstraram ainda como principais indicadores sociais de sobrevivência: moradia, alimentação, transporte, saúde e trabalho. A variável local de moradia antes do ingresso do estudante na IES torna-se um importante indicador de sua qualidade e condições de vida. O deslocamento é mencionado também como importante indicador, pois se deslocam de seu contexto familiar, ao ingressarem na universidade, apresentando, portanto, necessidade de moradia e apoio efetivo. Corroborando com isso Zago (2006) enfatiza que

Provenientes de outras cidades ou estados, pouco mais da metade tem suas despesas acrescidas pelo fato de não morar com suas famílias. Nesses casos, residem na casa do estudante universitário (quando há vaga **ou a instituição oferece esse tipo de assistência**), ou com parente, ou ainda dividem a casa e o apartamento com colegas. (ZAGO, 2006, p. 233, **Grifos da autora**)

No que diz respeito ao eixo alimentação, o Restaurante Universitário (RU) constitui importante instrumento de satisfação de uma necessidade básica, educativa, de convivência universitária e de ação social.

Ficou evidenciada a necessidade de criar, manter e ampliar os programas que garantam o apoio à alimentação dos alunos de baixa renda, como forma de garantir a permanência do estudante na IES. Dada a importância para a vida acadêmica é fundamental que o RU seja, também, um espaço gerador de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Estudar e trabalhar é uma condição que se constata nitidamente nas respostas dos entrevistados em todas as categorias socioeconômicas, embora o percentual de estudantes que exercem atividades não acadêmicas remuneradas seja mais elevado nas categorias provenientes das classes populares, portanto, verificou-se que a inserção dos estudantes em atividades acadêmicas remuneradas é muito tímida.

A assistência estudantil, entendida como direito de cidadania, precisa ser um dos princípios norteadores do modelo de gestão administrativa e financeira das IES, devendo ser trabalhada como parte da política de educação, articulada com a pesquisa, o ensino e a extensão.

Foi possível observar ainda no contexto desta pesquisa que a assistência estudantil, durante muito tempo foi tratada como um tema secundário, dentro das instituições, havendo pouco debate e escassez de dados estatísticos que mapeassem a situação. Para tentar conciliar, principalmente o interesse e as demandas oriundas do ingresso de alunos através de políticas de inclusão nas universidades, foi preciso introduzir o tema da assistência estudantil, no entanto, essa assistência não deve ser pensada a partir da perspectiva do assistencialismo.

É possível perceber na resposta dos estudantes universitários que não têm muito claro o significado do termo. Muitos têm a visão de que essa assistência estudantil deve ser voltada preferencialmente para alunos com dificuldades econômicas.

A dificuldade em explicar o conceito de assistência estudantil, portanto, pode estar associada ao modo como o tema foi abordado ao longo do tempo, no Brasil. O entendimento de assistência estudantil era atrelado ideia de apoio a moradia e a alimentação, destacando a pertinência do auxílio a fatores de ordem econômica. Atualmente, apesar de avanços, os debates ainda são muito restritos. Por esta razão, a definição da concepção de assistência estudantil ainda é muito nebulosa para todos os envolvidos (LLAMAS e GARRO, 1999, p. 78).

Conforme o entendimento dos alunos sobre o plano de assistência estudantil ficou evidente, que embora mencionado que veem o mesmo como uma ‘melhoria’ para a vida acadêmica, baseado nos achados da pesquisa, percebe-se que os acadêmicos parecem não compreender muito o respectivo plano de assistência, a julgar pelas respostas curtas e rápidas.

5. CONCLUSÕES

O objetivo desta pesquisa foi analisar a percepção do estudante universitário de duas IES sobre o significado da assistência estudantil, tomando-se como objeto empírico de verificação a realização da aplicação de um questionário aos acadêmicos. Para isso, através da pesquisa, com os dados empíricos, foi possível analisar como está se dando a assistência estudantil nas duas IES.

A pesquisa demonstrada constatou que a assistência estudantil ainda necessita caminhar para a concretização de uma política educacional voltada para a formação humana e com princípios éticos. Apesar das contribuições que ajudam na permanência destes estudantes, há também pontos que necessitam avançar, a necessidade de ampliar o conhecimento desses discentes e os direitos conquistados no processo histórico da educação para a formação de uma cultura estudantil que saiba reivindicar e construir um diálogo para a construção de cidadãos críticos, criativos e propostivos.

Ressalta-se também os estudantes que possam ser sujeitos de direitos não pela condição financeira, mas pelo processo de construção de sua história coletiva que pode se dar pela educação a qual possibilita a formação de sujeito ético e político.

Esse fato demonstra que a assistência estudantil configura-se como fator de inclusão das camadas populares tanto nas instituições públicas quanto nas instituições privadas com o acesso a permanência nos cursos de graduação demonstrando a educação, apesar do que ainda precisa ser alcançado, como fator de democratização, como espaço de luta de direitos constituído nas IES como espaço de direito público.

Percebe-se desta forma, que todos os esforços estão sendo concentrados para que o processo de implantação ocorra de forma eficiente, e que a busca pelos resultados seja o objetivo principal, para que assim a assistência estudantil se firme como uma política efetiva nas IES.

Os resultados identificados durante a pesquisa nos proporcionaram conhecer, a partir da realidade dessas IES, quais as ações de assistência estudantil, no que se refere as políticas de permanência estão sendo implementadas e quais necessitam melhorar e até mesmo novos programas serem implantados.

Ficamos com a certeza de que a assistência estudantil, precisa ser mais debatida, trazendo para discussão todos os atores envolvidos que, a partir de suas experiências, possa contribuir para a qualificação da assistência estudantil dentro das duas IES.

REFERÊNCIAS

APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 295p.

BRASIL. Plano Nacional de Assistência Estudantil, 2001.

COSTA, Simone Gomes. **A Permanência na Educação Superior no Brasil: Uma Análise das Políticas de Assistência Estudantil**. IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis-SC, 2012.

FONAPRACE, II **Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES**, Brasília, 2004.

FREITAS, Isaurora Cláudia Martins; MENEZES, Kímbelly Luisa Braga. **Moradia e Transporte Estudantil:** a experiência dos universitários da Região Norte do Ceará. *Essentia*, Sobral, ano 9, nº 2, dez.2007/maio 2008, pp. 103-119.

JANOTTI, Aldo. **Origens da Universidade.** São Paulo: EDU/EDUSP, 1992.

LIMA, Maria Célia Nogueira. **PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL:** uma avaliação de estudantes de baixa condição socioeconômica em uma universidade pública. Faculdades Novos Horizontes. Belo Horizonte 2016.

LLAMAS, L.; GARRO. N. Economía y política educativa: igualdad de oportunidades y equidad en la educación. In: ESTRADA, J. L. Et al. (Org.). *Ética y economía: desafíos del mundo contemporáneo*. México: Universidad Autónoma Metropolitana. Unidad Iztapalapa. Centro Gramscsy Plaza Valdés Editores, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Maria Helena de Andréa. **Difícies e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde.** In: GOLDENBERG, Paulete; MARSIGLIA, Regina Maria Giffoni.; GOMES, Maria Helena de Andréa. (Orgs.). O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p.117-42.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica.** 3. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e Universidade.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1988.

ZAGO, Nadir. **Do acesso à permanência no Ensino Superior:** percurso do estudante do ensino universitário nas camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v.11, nº 32, p. 226-237, maio/ago, 2006.